

A IMPORTÂNCIA DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS

Ravenna Mayza Cavalcante da Silva¹

Valdevane Rocha Araújo²

RESUMO

A medicação é fundamental para o tratamento de diversas doenças; entretanto, seu uso incorreto ou irracional pode ocasionar vários problemas à saúde. As propagandas e a mídia têm influenciado a população a aquisição de medicamentos, levando os usuários a automedicação, constituindo um desafio para o sistema público de saúde. A prescrição e dispensação também se fazem necessárias nesse processo, pois, se realizadas de forma errada, poderão afetar diretamente a saúde dos usuários. Desta forma, o foco desta pesquisa foi refletir sobre a importância do uso de medicamentos e a automedicação, descrevendo a relevância de uma vida saudável na prevenção de doenças, observando a importância do acompanhamento médico e suas prescrições. Esta pesquisa foi fruto da necessidade de se compreender mais aprofundadamente a realidade dos indivíduos quanto ao uso indiscriminado de medicamentos. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica e foi construído e contextualizado com a legislação competente através de um método descritivo e qualitativo. Todo o percurso possibilitou descrever a dimensão do tema, indo além da concepção da automedicação, refletindo sobre todo o contexto envolvido. Deste modo, verificou-se que a prescrição e dispensação de medicamentos devem ser feitas na ótica humanizada e racional, orientando os pacientes sobre mudanças no estilo de vida, eliminando a utilização de medicamentos como fonte principal de tratamento.

Palavras-chave: Automedicação. Uso de medicamentos. Vida saudável.

ABSTRACT

The medicines are fundamental for the treatment of various diseases; however, their misuse or irrational use may cause several health problems. Advertising and the media have influenced the population to purchase medicines, leading users to self-medication, posing a challenge for the public health system. Prescribing and dispensing are also necessary in this process, since, if they are performed incorrectly, they may directly affect the health of users. Thus, the focus of this research was to reflect on the importance of medication use, self-medication, describing the relevance of a healthy life in disease prevention, observing the importance of medical monitoring and its prescriptions. This research was the result of the need to better

¹ Estudante do Curso de Especialização em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Mauriti/CE

² Mestre e Doutora em Ciências Veterinárias com ênfase em Reprodução animal, Pós-Doutora em Morfologia e Fisiologia da Reprodução pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Professora do Curso de Ciências Biológicas do Centro de Ciências da Saúde (CCS) da UECE.

understand the reality of individuals regarding the indiscriminate use of medicines. The present work is a bibliographical research and was built and contextualized with the competent legislation through a descriptive and qualitative method. The whole course made it possible to describe the dimension of the theme, going beyond the conception of self-medication, reflecting on the whole context involved. Thus, it was found that the prescription and dispensation of drugs should be done in a humanized and rational perspective, guiding patients on lifestyle changes, eliminating the use of drugs as the main source of treatment.

Keywords: Self Medication. Use of medicines. Healthy life.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 ficou conhecida como Constituição Cidadã. Neste período, a Saúde foi configurada como uma Política Pública de Caráter Universal, ou seja, uma Política destinada a todos. Com isso, o acesso aos serviços públicos de saúde passou a ser ofertado através do Sistema Único de Saúde (SUS), tornando-se uma conquista para o povo brasileiro, sendo a entrega gratuita de medicamentos, considerada um grande marco.

É interessante salientar que dentre os medicamentos gratuitos estão elencadas uma série de fármacos disponibilizados para as Unidades Básicas de Saúde para prevenção e tratamento de diversas doenças, tais como: infecções bacterianas, hipertensão arterial, febre, dores de cabeça, doenças reumáticas, endócrinas e alérgicas. Essas doenças podem ser tratadas com amoxicilina, captopril, cefalexina, dipirona, ibuprofeno, prednisona, dentre outros (BRASIL, 2018). Esses medicamentos, também são acessíveis para compra na indústria farmacêutica.

Por definição, medicamentos são produtos farmacêuticos sintéticos que servem para (1) prevenção, (2) alívio de sintomas (3) controle e recuperação de doenças ou (4) como auxiliar em diagnósticos (BRASIL, 2015). Apesar da ampla prescrição médica, é importante ressaltar que existem medidas que podem auxiliar na cura, como dietas, repouso, atividades físicas, além dos fitoterápicos e homeopáticos. Entretanto, vale salientar que, no caso dos medicamentos fitoterápicos e homeopáticos também há necessidade de prescrição e acompanhamento médico.

Atualmente, o Ministério da Saúde trabalha com temas pontuais direcionados ao Uso Racional de Medicamentos (URM), orientando sobre a importância da temática e explanando sobre as consequências da automedicação. Entretanto, muitas pessoas ainda adquirem medicamentos sem prescrição médica ou aumentam as dosagens de fármacos que foram

prescritos na tentativa de potencializar seus efeitos. Aliado a isso, as propagandas e os meios de comunicação têm influenciado a população na aquisição de medicamentos, reafirmando a possibilidade de sérios danos à saúde dos usuários.

No caso da automedicação, diversos segmentos da população têm mantido essa prática. Os medicamentos em destaque são aqueles utilizados para dor, ou seja, os analgésicos os quais são consumidos em grandes quantidades, mesmo por gestantes e lactantes. Tal comportamento tem gerando grande discussão em saúde pública, incluindo a ingestão abusiva de benzodiazepínicos (CASTRO et al, 2013).

Essas práticas constituem grandes desafios para o sistema de saúde, pois os pacientes colocam as suas próprias vidas em risco, podendo agravar a doença, dependência e reações adversas ou mesmo provocar a ocorrência de diagnósticos incorretos. Desta forma, é importante não somente o uso correto do medicamento, como também o seu manejo, aspectos que podem interferir de forma significativa no resultado desejado.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que mais da metade de todos os medicamentos são prescritos, dispensados ou vendidos de forma inadequada e que metade de todos os pacientes não os utiliza corretamente (BRASIL, 2013). Tal realidade também está presente na maioria dos estados brasileiros, perpassando, inclusive, suas fronteiras, uma vez que o imediatismo e busca por respostas rápidas fazem parte da vida humana.

O uso racional de medicamento, apesar de ser tão importante para vida da população, ainda encontra desafios gigantescos. Em consonância disso, este trabalho justifica-se por observar a relevância do tema e a importância de difundir informações, mostrando as consequências da má utilização de medicamentos e/ou automedicação. Além disso, o incentivo à aquisição de novo estilo de vida e prática de exercícios é fundamental na prevenção e combate às doenças.

Partindo destes pressupostos, este trabalho contribuirá para a reflexão sobre o uso racional de medicamentos, a automedicação, prescrição e dispensação de medicamentos.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Compreender a importância do Uso Racional de Medicamento para prevenção de doença na busca de uma vida saudável.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Expor a importância do uso racional de medicamento para a vida;
- Refletir sobre o uso irracional de medicamento e automedicação;
- Descrever a relevância da prescrição e dispensação corretas;
- Narrar a dimensão de uma vida saudável na prevenção de doenças.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa trata-se de uma revisão de bibliografia narrativa, buscando analisar o tema proposto através de artigos científicos, *sites* eletrônicos e revistas acadêmicas, como: SciELO, *Pan American Health Organization* (PAHO), Revista Rede de Enfermagem do Nordeste (REVRENE), Revista Interdisciplinar, BVSMS Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde, Diário Oficial da União, *Site* de notícias.

De acordo com Barros e Lehfeld (2007), pesquisa bibliográfica é a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informações escritas para coletar dados gerais ou específicos de um tema.

De acordo com Gil, a pesquisa bibliográfica é:

Desenvolvida a partir de material já elaborada constituído de livros e artigos científicos. (...) A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados secundários. (GIL, 2007, p. 65).

É relevante a utilização deste tipo de pesquisa, pois possibilita analisar diversas literaturas escritas por diferentes autores, e assim explanando assuntos que o pesquisador julga ser importante na construção da pesquisa.

O método foi descritivo e qualitativo, refletindo sobre a importância do uso racional de medicamento, bem como, a prescrição, a automedicação e a importância de uma vida saudável na combate e prevenção de doenças.

Para seleção dos artigos científicos, foram utilizados o seguinte descritor: “uso racional de medicamento e os operadores booleanos END”.

Constitui-se como pesquisa descritiva, o intuito de descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática

para pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição etc. (GIL, 2008).

A pesquisa qualitativa corrobora para o universo acadêmico, através de “significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes, que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22).

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a Saúde foi incorporada como Política Pública inserida no sistema de seguridade social juntamente com Assistência Social e Previdência Social.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinada a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. (BRASIL 1988, p. 53).

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988 no Capítulo II, Seção II, Art. 196 onde diz:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988, p. 54)

A Saúde passa a ser direito de todos e dever do Estado, garantidos perante Lei sem discriminação de cor, raça ou classe social, cortando os seus laços com o modelo de Saúde conservador e celetista.

Anos após a promulgação da CF de 1988, no governo do Presidente Collor de Mello, a Saúde passa a ter outra conquista, ou seja, a aprovação da Lei Orgânica de Saúde (LOS), Lei n.º 8.080/90 que organizava esse sistema com as especificações das atribuições.

A Saúde passou a ser universal, prestada para todos os brasileiros de forma igual vetando toda forma de discriminação. Desta forma, todos têm direito a exercer a sua cidadania e exigir o que foi proposto em Lei.

Antes, a Saúde era vista como a ausência de doença, hoje ela passa por um conceito mais amplo e próximo da realidade.

A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. Os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país

(BRASIL, 1990a).

Esta política passa a incorporar vários fatores que a definem, mudando todo o contexto antes definido, como alimentação, a moradia, saneamento básico, meio ambiente, educação, esporte e lazer, como também o convívio social.

A situação socioeconômica pode influenciar a aquisição de insumo, pois muitas pessoas escolhem medicamentos para sanar dores e/ou resolver problemas sociais, como depressão, saneamento básico, moradia, fome e desemprego.

No Brasil, encontram-se vários índices de pessoas com problemas de saúde, sejam por hipertensão, diabetes, problemas cardiorrespiratórios, dentre outros. O medicamento é uma importante ferramenta terapêutica no tocante ao enfrentamento destes problemas. (MENDES *et al*, 2014). Em sua maioria, esses pacientes dependem do SUS para ter acesso a suas consultas e medicamentos, entretanto, com o sucateamento das políticas públicas, em especial a da Saúde, é notório perceber que em muitas unidades não se encontram médicos ou enfermeiros disponíveis para acolher esse paciente.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) diz que:

O uso racional de medicamentos parte do princípio que o paciente recebe o medicamento apropriado para suas necessidades clínicas, nas doses individualmente requeridas para um adequado período de tempo e a um baixo custo para ele e sua comunidade.

Partindo desse pressuposto, o uso racional de medicamentos consiste em receber medicamentos apropriados para o caso clínico, com doses específicas para usuário, observando o período de tempo que este paciente irá tomar.

Infelizmente, com o sucateamento do serviço público, encontramos precariedades na oferta desse serviço, como falta de médicos nas Unidades Básicas de Saúde e a facilidade ao acesso a medicamentos sem prescrições/receitas.

Entretanto, se o brasileiro tende a se automedicar, é também porque não encontra disponibilidade dos serviços de saúde mais acessíveis, precisa ficar horas em fila e, às vezes, esperar dias e até meses para ser atendido pelo médico. (AQUINO, 2008 p734).

A internet e a grande mídia têm tornado o trabalho ainda mais difícil, pois, apresenta o medicamento como algo necessário para a vida dos usuários, não apresentando os reais riscos e possíveis efeitos adversos, influenciado ao público leigo, a consumir os medicamentos ofertados como qualquer outra mercadoria (AQUINO, 2008).

Os medicamentos são ferramentas de grande relevância no tratamento e recuperação

da vida humana, entretanto, o uso incorreto pode acarretar vários problemas à saúde da população. A prescrição correta também é fundamental, pois, contribui de forma direta na qualidade de vida do usuário.

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) diz que:

O uso irracional de medicamentos por prescritores e consumidores é um problema muito complexo, o qual necessita da implementação de muitas diferentes formas de intervenções ao mesmo tempo. O enfoque para promoção racional de medicamentos também inclui a medicina herbária e tradicional.

A unidade básica de Saúde é a porta de entrada para os usuários que precisam desse serviço. Na sua maioria, os pacientes procuram atendimentos aos profissionais de enfermagem ou medicina, com o intuito de receberem medicações que possam sanar as suas enfermidades.

A procura nesses equipamentos por medicamentos que venham aliviar sintomas, como dor, febre, mal-estar, infecções, aumento da pressão arterial, alergias, dores reumáticas são constantes e esses sintomas podem ser tratados com fármacos disponibilizados nas unidades básicas de Saúde de forma gratuita. Há também, facilidades na compra de medicamentos sem prescrições médicas em balcões de farmácias.

Atualmente, existem facilidades na aquisição e dispensação de medicamentos, com os benzodiazepínicos não é diferente. As pessoas têm acesso de forma mais rápida e fácil, se tornando um gargalo a ser enfrentado (CASTRO et al., 2013).

Esse medicamento tem sido um dos mais prescritos em todo o mundo e na sua maioria, destinados para mulheres e idosos, consequência de estresse e insônia. (CASTRO et al., 2013), portanto é importante salientar que o uso prolongado desse medicamento pode causar dependência e uso crônico.

O uso de medicamento por mulheres lactantes deve ser acompanhado, pois alguns fármacos podem afetar de forma significativa a criança. Em detrimento dos fatos, o Ministério da Saúde adotou uma cartilha com categoria de risco para esse seguimento. Em consonância disso, os profissionais de Saúde adotam medicamentos compatíveis ao período de amamentação (MOTA, et. al. 2013).

As prescrições médicas têm aumentado e as pessoas têm se tornado cada vez mais dependentes. Segundo o *site* G1 Campinas, o uso de medicamento é apontado como sendo a principal causa de intoxicação (dados extraídos pela Unicamp). Como também, o aumento das doses para potencializar os resultados tem mostrado que inúmeras pessoas têm buscado, nesse medicamento, fonte de resolução dos problemas; entretanto, o mau uso pode acarretar sérias

consequências para a vida dos usuários.

Ainda segundo o *site* G1 Campinas, a automedicação pode mascarar sintomas, dificultado o diagnóstico correto.

A prescrição se constitui como ferramenta importante nesse processo, segundo Santi (2016) que diz: “A prescrição compreende a receita escrita de um plano terapêutico elaborado por profissionais legalmente habilitados, mas que pode se perder quando o paciente ou seus familiares não entendem o que foi prescrito”. Em consonância disso, é imprescindível que esse instrumental seja preenchido de forma clara, objetiva, e que o paciente e familiares entendem aquilo que foi prescrito.

Erro durante o processo de prescrição, administração, dispensação de medicamentos pode afetar a segurança e saúde dos usuários, contudo, a participação e relação de confiança, respeito e empatia entre médico e paciente pode contribuir a adesão ao tratamento, pois passará a ter clareza na explicação do diagnóstico, na forma terapêutica e evolução do acompanhamento (SANTI, 2016).

As dificuldades enfrentadas no acesso ao atendimento nas unidades de saúde pela população, faz com que, os mesmos se sintam frustrados, agressivos, ou revoltados com o sistema, repassando esse sentimento a equipe de atendimento. O mesmo sentimento acontece quando os profissionais de saúde trabalham em instalações inadequadas, precariedade nas condições de trabalho e reflexos do sucateamento do sistema de saúde. Com essa quebra, os vínculos entre profissional e paciente é interrompido e os resultados passam a ser comprometidos pelas partes (SANTI, 2016).

Além da prescrição e dispensação adequada, o armazenamento deve ser feito de forma cuidadosa para manter a qualidade, como a conservação e eficácia do medicamento. Se o armazenamento for direcionado de forma inadequada, pode modificar as características dos fármacos, trazendo danos e riscos de vida à saúde (PINTO, 2016).

A orientação aos pacientes sobre a forma correta do armazenamento dos medicamentos em domicílio é fundamental, portanto, muitos não têm conhecimento dos riscos à saúde que o armazenamento incorreto pode causar.

Segundo Pinto (2016, p.5),

- Sempre manter os medicamentos na embalagem original para garantir sua conservação e identificação;
- Mantenha os medicamentos em locais frescos, longe do calor, da luz e da umidade, por isso não devem ser armazenados no banheiro ou na cozinha;
- Alguns medicamentos precisam ser armazenados na geladeira, porém não devem ser colocados na porta ou no congelador;

- Os medicamentos não podem ser guardados ao alcance das crianças
- Não guardar medicamentos com embalagem, rasgada ou danificada, sem rótulos ou que tenha alguma informação apagada;
- Medicamentos na forma de soluções e suspensões necessitam uma atenção especial quanto ao tempo que podem ser armazenados após abertos. Sempre observar as recomendações do fabricante e se as características do produto continuam as mesmas após abertura das embalagens;
- O local de armazenamento dos medicamentos em domicílio deve ser periodicamente checado, principalmente para verificar as validades dos mesmos. Medicamentos vencidos devem ser descartados;
- Os medicamentos que restarem ao final dos tratamentos não devem ser utilizados por conta própria, nem por indicação de vizinhos, amigos ou parentes.

Em 2007, foi criado o Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) e redefinido por meio da Portaria nº 834, de 14 de maio de 2013, pelo o Ministério da Saúde de caráter deliberativo, propondo ações intersetoriais, monitorando e avaliando as ações do URM.

Esse assunto ultrapassa fronteiras, tema também recorrente em nível mundial, e que merece destaque nos debates sobre o mau uso dos medicamentos. (BRASIL, 2018). É necessário haver mesas redondas sobre a temática, criando espaços de discursões e refletindo sobre a importância de uma vida pautada no uso correto, no período adequado, sob prescrições médicas.

A educação permanente sobre esse segmento é fundamental, pois, permite o olhar transformador sobre a realidade. É importante uma orientação focalizada e crítica para que as pessoas compreendam a importância da temática e a utilização de forma racional.

A informação e orientação são ferramenta indispensável no processo de mudança e aperfeiçoamento. É necessário que aconteça esse processo de fornecer conhecimento para que as pessoas possam decidir e optarem pela mudança.

Em uma Unidade Básica de Saúde esse processo de transmissão de conhecimentos é peça fundamental na transformação da realidade da comunidade referenciada, uma vez que, este, tem papel transformador e chega com o objetivo de trazer à luz as dúvidas outrora atreladas aos usuários/pacientes.

“Você sabia que nem todas as doenças exigem o uso de medicamentos? Alguns problemas são de duração muito curta e podem desaparecer mesmo sem o uso de medicamentos”. (BRASIL, p7, 2015). Muitas doenças, em período curto de tempo, podem sumir sem a necessidade de tomar medicamentos.

Boas práticas, mudanças de hábitos e alimentação saudável são um divisor de águas na melhoria e qualidade de vida. A presença dos usuários nas consultas de rotinas e o cuidado em tomar os médios nos horários indicados, como também continuamente.

As recomendações sobre dietas e práticas física corroboram para qualidade de vida e mudanças do sedentarismo indo de encontro aos cuidados com a saúde e busca de uma vida com qualidade.

Faz-se necessário que a sociedade se conscientize e entenda que o mesmo medicamento que cura, pode matar ou deixar danos irreversíveis. Que reflita um pouco mais, antes de sair consumindo medicamentos desenfreadamente, e perceba que a vida saudável não está no balcão de uma farmácia, e sim, mudando os hábitos, fazendo exercícios físicos, equilibrando a alimentação, procurando se estressar menos. (AQUINO. 2008 p. 735).

Portanto, é de suma importância fazer uso racional de medicamentos, e reconhecer a relevância dos mesmos no tratamento e prevenção de doenças.

Para coibir o uso irracional de medicamentos é importante que os atores sociais, profissionais da saúde, usuários e todos os formuladores de políticas públicas, como também da indústria farmacêutica possam trabalhar de forma multidisciplinar, todos com o mesmo objetivo, ou seja, de informar, orientar e incentivar o uso correto e racional de medicamentos. Cabem aos gestores a articulação e aplicação das normas que já estão garantidas por Lei para que sejam cumpridos e efetivados (AQUINO, 2008).

É importante que o paciente se sinta acolhido no espaço acessível onde o usuário possa interagir com o profissional, buscando informações sobre as doses a serem tomadas, o período, os horários, e a melhor forma de tomar o medicamento (BRASIL, 2015).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A automedicação constitui um forte desafio para o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que, dentre outros motivos, a publicidade e a facilidade de acesso aos fármacos têm sido ferramentas para propagação desse efeito. Diante disso, o Uso Racional de Medicamentos tem possibilitado discussões sobre a utilização, a prescrição, a dispensação, bem como a dose e a automedicação, possibilitando a visualização da importância do uso correto dos medicamentos e as consequências de sua má utilização.

No presente estudo verificou-se que a prescrição e a dispensação de medicamentos devem ser feitas de forma humanizada e racional, respeitando o que é preconizado pelo Ministério da Saúde. Entretanto, o sucateamento do SUS tem refletido nesse campo, tornando, tanto profissionais quanto pacientes, frustrados e revoltados com o sistema. Frustrações geradas pela falta de um equipamento com instalações adequadas, precariedade nas condições de trabalho e longas filas de esperas para ter acesso ao atendimento. No caso dos

profissionais, tal comportamento leva a uma prestação de atendimento de forma incompleta, ou até incorreta. Desta forma, o processo de aperfeiçoamento profissional através de orientação, debates e educação continuada poderão fornecer o conhecimento correto e a possibilidade de decidir pelo uso racional de um dado medicamento.

Também foi observado que a mudança do estilo de vida, incluindo a execução de exercícios físicos e utilização de uma alimentação saudável, podem influenciar na melhoria da condição clínica e também prevenção de doenças, eliminando a utilização de medicamentos como fonte de tratamento. Diante do exposto, este trabalho permitiu refletir sobre a importância do Uso Racional de Medicamentos na vida dos usuários, mostrando a relevância da temática na vida de todos, uma vez que trata-se de um assunto complexo e que envolve vários segmentos da sociedade.

Espera-se, portanto, que este trabalho possa contribuir de forma clara tanto para a esfera acadêmica quanto para os demais leitores, mostrando e informando sobre o uso racional dos medicamentos, evitando formas errôneas de automedicação e servindo de inspirações para novas fontes de pesquisa.

REFERÊNCIAS

BARROS, A.J.P.; LEIHFELD, N.A.S. Fundamentos da metodologia: um guia para iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n.8080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Cartilha para a promoção do uso racional de medicamentos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_promocao_uso_racional_medicamentos.pdf> acesso: 09 de janeiro de 19.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 3.916, 30 de outubro de 1998. Aprova a Política Nacional de Medicamentos. Diário Oficial da União, Brasília, 10 de nov 1998. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/1998/prt3916_30_10_1998.html> Acesso em 17 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Uso Racional de Medicamentos. 2013. Disponível em:
< <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/uso-racional-de-medicamentos>> Acesso em 08 de outubro de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: RENAME 2018 [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 218 p.

CASTRO, G.L.G. et al. Uso de Benzodiazepínicos como automedicação, consequências do uso abusivo, dependência, farmacovigilância e farmacoepidemiologia R. Interd. v.6, n.1, p.112-123, 2013.

G1 CAMPINAS Uso de medicamentos é a principal causa de intoxicação, aponta Unicamp. Jornal da EPTV 1ª Edição. 05/12/2017. Disponível em:
< <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/uso-de-medicamentos-e-a-principal-causa-de-intoxicacao-aponta-unicamp.ghtml> > Acesso em 11 de outubro de 2019.

GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social – 5. Ed. – 8 reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, L.V.P.; LUIZA, V.L.; CAMPOS, M.R. Uso racional de medicamentos entre indivíduos com diabetes mellitus e hipertensão arterial no município do Rio de Janeiro, Brasil *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 19, núm. 6, pp. 1673-1684, 2014.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo – Rio de Janeiro, HUCITEC – ABRASCO, 1994.

MOTA, L.S.; CHAVES, E.M.C.; BARBOSA, R.C.M.; AMARAL, J.F.; FARIAS, L.M.; ALMEIDA, P.C. Uso de medicamentos durante a lactação por usuárias de uma unidade básica de saúde. *REVERNE – Revista Rede de Enfermagem do Nordeste*. Rev Rene. 14(1):139-47, 2013.

PINTO, V.B. Uso Racional de Medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da Assistência Farmacêutica Armazenamento e distribuição: o medicamento também merece cuidados ISBN: 978-85-7967-108-1 Vol. 1, Nº 12 Brasília, julho de 2016 Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=serie-uso-racional-medicamentos-284&alias=1540-armazenamento-e-distribuicao-o-medicamento-tambem-merece-cuidados-0&Itemid=965> Acesso em 09 de novembro de 2019

SANTI, L.Q. Uso Racional de Medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da Assistência Farmacêutica, Prescrição: o que levar em conta? ISBN: 978-85-7967-108-1 Vol. 1, Nº 14 Brasília, agosto de 2016.

SILVA, A.D. Por que o uso racional de medicamentos deve ser uma prioridade? *Ciência &*

Saúde Coletiva, vol. 13, núm. Sup, abril, 2008, pp. 733-736
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Rio de Janeiro, Brasil.
Disponível em:
<<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63009720> > Acesso em 10 de outubro de 2019.

ANEXO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

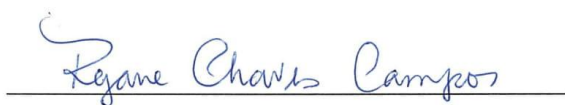
BVSMS	Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde
CF/88	Constituição Federal de 1988
LOS	Lei Orgânica de Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAHO	<i>Pan American Health Organization</i>
REVRENE	Revista Rede de Enfermagem do Nordeste
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SUS	Sistema Único de Saúde
URM	Uso Racional de Medicamentos

DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL

DECLARO, para os devidos fins que se fizerem necessários, que realizei a correção gramatical do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: ***A IMPORTÂNCIA DO USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS***, realizado pela acadêmica: **RAVENNA MAYZA CAVALCANTE DA SILVA** do Curso de Pós-graduação (*Lato sensu*) em Saúde da Família da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Fortaleza - CE, 13 de fevereiro de 2020.



Profa. Rejane Chaves Campos

Graduada em Letras

Especialista em Gestão Escolar